



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 16/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

NOME/RAZÃO SOCIAL: SINDIGÁS – Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP

() agente econômico
() consumidor ou usuário

(x) representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
2º	Inclusão de inciso IV, conforme a seguir: IV - por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR, quando o auto for lavrado em local diverso daquele em que foi constatada a infração.	Como se pode observar, esta é a redação contida no inciso II do art. 8º, do Decreto nº 2.953/99, que regulamenta a Lei n. 9.847/99 (Lei de Penalidades da ANP). Ainda que se diga que a Resolução sob debate está a uniformizar as normas regulatórias, ou seja, de hierarquia inferior em relação ao Decreto regulamentador da referida Lei de Penalidades, e, portanto, o conteúdo normativo da norma de hierarquia superior estaria incólume, não há prejuízo algum com a inclusão do dispositivo. Com suporte nas mesmas alegações jurídicas expostas no PARECER n. 00768/2019/PFANP/PGF/AGU, é necessário ter em conta que a ciência inequívoca do agente econômico (administrado) interessado no processo, por si, por preposto ou representante legal, ou, em caso de impossibilidade dessa ciência, o cumprimento de todos os

		<p>procedimentos necessários para justificar o uso, por exemplo, da citação por edital, constitui requisito inescapável do sistema de garantias processuais.</p> <p>A ciência do interessado acerca do ato inaugural do processo administrativo é requisito de validade de todos os demais atos que, a partir dele, se desenvolvem.</p> <p>Assim, é absolutamente legítimo que a ANP (Administração Pública) cerque-se de certeza de validade, porque, além de tudo, em caso de nulidade ou anulação do processo administrativo, é tempo e dinheiro da própria administração que é desperdiçado.</p>
2º	<p>Alteração, conforme a seguir:</p> <p>§ 1º Estando comprovado, nos autos do processo administrativo, que foram frustradas as tentativas de comunicação, a ciência ao autuado será efetuada por meio de publicação no Diário Oficial da União.</p>	<p>Prestigiamos aqui, mais uma vez, os argumentos expendidos pelo PARECER n. 00768/2019/PFANP/PGF/AGU, para afirmar que a ciência do ato inaugural do processo administrativo através de Edital, ou seja, por publicação no DOU, somente deve se efetivar de maneira válida, após comprovadas, nos autos do respectivo processo administrativo, que foram frustradas todas as tentativas de comunicação. Conforme entendimento consolidado no âmbito da PGF/AGU.</p> <p>De fato, nos termos do Parecer nº 57/2013/DIGEVAT/CGCOB/PGF, de 06/12/2013, recomenda-se que a entidade credora “realize o levantamento dos dados pessoais do interessado para pesquisa de seu endereço em outros bancos de dados além do seu próprio, como INFOSEG, SICAFI e SERPRO, assim como observe se há elementos nos autos que permitam a identificação do endereço correto do interessado, bem como, se houver advogado constituído, buscar a notificação do interessado no endereço do profissional representante do interessado”.</p> <p><i>"Portanto, recomenda-se a notificação por edital somente após a comprovação pelo ente público acerca do esgotamento dos meios hábeis para a efetivação da</i></p>

		<p>notificação postal (busca de endereços atualizados na Receita Federal e/ou em outros sistemas de dados disponibilizados ao ente público para tanto, por exemplo) (NOTA n. 00083/2016/DUSC/CGCOB/PGF/AGU)."</p> <p>(PARECER n. 00768/2019/PFANP/PGF/AGU)</p>
2º	<p>Alteração, nos seguintes termos:</p> <p>§ 2º O comparecimento inequívoco do autuado supre a falta ou a nulidade da comunicação, desde que tal falta ou nulidade não lhe tenham causado prejuízos, os quais deverão ser alegados e comprovados pelo próprio com a primeira manifestação nos autos do processo.</p>	<p>Mais uma vez prestigiando o já citado PARECER n. 00768/2019/PFANP/PGF/AGU, vale a lição de José dos Santos Carvalho Filho:</p> <p><i>"Primeiramente, só se pode considerar que o comparecimento do interessado supre a falta ou irregularidade da intimação se esses fatos não lhe tiverem causado prejuízo. Havendo prejuízo, quer por ofensa ao direito de defesa, quer por impossibilidade de provar algum fato ou efetivar alguma diligência relevante para a tutela de seu interesse, deve a autoridade decretar a nulidade e, ao fazê-lo, deverão ser anulados também todos os atos subsequentes que decorram da intimação. Por conseguinte, só não serão prejudicados os atos que sejam independentes no que tange à intimação".</i></p> <p>Com efeito, a convalidação deve obedecer a uma diretriz condicionante, ao mesmo tempo mais ampla do que o simples comparecimento inequívoco do autuado, e mais objetiva no que diz respeito à comprovação de eventuais prejuízos. Havendo prejuízos que decorram da nulidade, tais como os apontados por Carvalho Filho, não há como ser convalidada a comunicação inaugural, porque a ampla defesa e o contraditório restarão comprometidos.</p>
3º	<p>Alteração nos seguintes termos:</p> <p>Art. 3º O processo regulamentado por esta Resolução inicia-se com a lavratura de documento de fiscalização específico, que conterà, obrigatoriamente:</p>	<p>Sugerimos a redação ora proposta para guardar correlação com os documentos utilizados pela ANP, que são referidos como Documento de Fiscalização, o qual, por sua vez contém o Auto de Infração. A atenção às prescrições do Decreto em referência tem o objetivo de dar cumprimento ao que o mesmo estabelece, bem como à lei de regência</p>

<p>I - a qualificação do autuado;</p> <p>II - o local, a data e a hora da lavratura do auto;</p> <p>III - a descrição do fato infracional;</p> <p>IV - a disposição legal infringida;</p> <p>V - a indicação dos elementos materiais de prova da infração;</p> <p>VI - quando for o caso, o local onde o produto ou bem apreendido ficará guardado ou armazenado, bem como a nomeação e identificação do fiel depositário, que poderá ser preposto ou empregado do infrator que responda pelo gerenciamento do negócio;</p> <p>VII - a advertência ao fiel depositário, que assinará o termo próprio, de que é vedada, salvo com prévia autorização da ANP, a substituição ou remoção, total ou parcial, do bem apreendido, que ficará sob sua guarda e responsabilidade;</p> <p>VIII - a assinatura do autuado e do autuante, com a indicação do órgão de origem, cargo, função e o número de sua matrícula;</p> <p>IX - a qualificação das testemunhas, se houver;</p> <p>X - a indicação do prazo para apresentação da defesa e o local onde deverá ser entregue.</p> <p>Parágrafo 1º. Quando os elementos materiais de prova da infração se constituírem em produtos, embalagens ou quaisquer outros meios disponíveis no momento</p>	<p>(Lei de Penalidades). Com isto, busca-se evitar a lavratura dos documentos que possam vir a ser considerados insubsistentes por terem deixado de atender a tais prescrições.</p> <p>Como é uma norma de consolidação, tende a ser utilizado como "o guia" ou manual do agente fiscal e do julgador, portanto, a inclusão dos termos da legislação de regência facilita o trabalho desses agentes públicos.</p> <p>Torna-se mais fácil o trabalho, em nossa opinião, se as prescrições consideradas essenciais estiverem contidas neste Manual.</p> <p>O parágrafo 1º tem como objetivo garantir a ampla defesa e contraditório quando os elementos materiais de prova da infração estejam constituídos ou possam ser embasados na análise pericial de produtos, embalagens etc. Por exemplo, as condições de um botijão de GLP considerado fora de especificação. para se afirmar que o mesmo se encontra em situação de risco iminentes, é necessária uma análise pericial. A simples observância ou não do prazo de requalificação é um mero indicativo das condições do recipiente, ou seja, é uma recomendação para manutenção, mas que, na prática, não necessariamente indica, por si só, a condição real da embalagem.</p> <p>O § 2º trata-se baseia-se no artigo 13, § 2º da Lei 9.847/99, a fim de evitar lavraturas desnecessárias de autos de infração</p>
--	--

	<p>da autuação, o agente de fiscalização deverá promover a guarda documentada desses elementos de prova ou a nomeação de fiel depositário para tanto.</p> <p>Parágrafo 2º: O auto de infração somente pode versar sobre fatos que tenham ocorridos a, no máximo, 05 (cinco) anos antes da sua lavratura.</p>	
4º	<p>Alteração e inclusão de parágrafo único, conforme adiante:</p> <p>Art. 4º Os vícios processuais meramente formais, ou os decorrentes de ato de competência não exclusiva, do auto de infração, são passíveis de convalidação em qualquer fase do processo.</p> <p>Parágrafo 1º. Quando da convalidação puder resultar um novo enquadramento da suposta infração, deve ser concedido prazo para manifestação do autuado.</p> <p>Parágrafo 2º: Não será aplicável o caput deste artigo no caso de convalidação de vícios em processo que já tenha decisão de insubsistência.</p>	<p>No que tange ao vício relativo à competência, como é cediço e inclusive foi apontado de forma bastante clara pelo já tantas vezes prestigiado PARECER n. 00768/2019/PFANP/PGF/AGU, o ato praticado por agente incompetente é considerado vício sanável, a menos que tal ato seja característico de uma competência exclusiva. Assim, como esta é uma temática que já se encontra pacificada pela jurisprudência, consideramos recomendável a sua inclusão na Resolução.</p> <p>Se um vício formal puder resultar em novo enquadramento infracional, para garantir a ampla defesa e o contraditório, deve ser reaberto prazo para manifestação do autuado.</p> <p>Da mesma forma, se o vício puder trazer uma modificação de uma decisão favorável ao autuado, em razão do princípio do <i>in dubio pro reu</i> aplicável ao Direito Administrativo Sancionador, o mesmo não poderá alterar esta decisão, sob pena de mácula aos princípios da coisa julgada e direito adquirido.</p>
6º	<p>Art. 6º O autuado será citado para apresentar defesa, no prazo de quinze dias úteis, a contar do primeiro dia útil da data do recebimento do auto de infração</p>	<p>De acordo com o art. 15 do CPC , na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.”. Por sua vez o art. 219, do mesmo diploma, estabelece que; “Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais.”</p>

		Tendo em vista se tratar de prazo processual em processo administrativo e considerando que o Código de Processo Civil tem aplicação nacional a contagem dos prazos em dias úteis estaria em consonância com a legislação vigente.
9º	Inclusão de inciso, conforme adiante: IV - Indicação de perito e agendamento de data para realização da perícia ou oitiva de testemunhas e agendamento de audiência quando for o caso, e quando houver pedido do autuado.	Tendo em vista o exposto acima, acerca da guarda dos elementos materiais de prova, bem como considerando que os assuntos de natureza técnica que envolvem as questões infracionais sob a tutela da ANP, inclusive para prevalecer o disposto no art. 2º, X da Lei 9.784/99, entendemos que é conveniente que este tipo de procedimento encontre-se previsto e minimamente regulado.
10	Art. 10. O autuado será informado sobre os atos administrativos realizados e intimado para apresentação de alegações finais, no prazo de cinco dias úteis, a contar do primeiro dia útil da data recebimento da intimação.	De acordo com o art. 15 do CPC , na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou <u>administrativos</u> , as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.". Por sua vez o art. 219, do mesmo diploma, estabelece que; "Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente <u>os dias úteis</u> . Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se <u>somente aos prazos processuais</u> ." Tendo em vista se tratar de prazo processual em processo administrativo e considerando que o Código de Processo Civil tem aplicação nacional a contagem dos prazos em dias úteis estaria em consonância com a legislação vigente.
11	Alteração, nos seguintes termos: Art. 11. Verificada a necessidade de esclarecimento imprescindível à decisão ou de coleta de elementos de prova, ou de análise ou perícia de elementos de prova já guardados , a autoridade julgadora poderá requerer a realização de diligência.	Tudo que foi sugerido se coaduna com a redação proposta para o parágrafo primeiro do art. 3º.

	<p>§ 1º Caso a diligência seja para a coleta de elementos de prova, ou para análise ou perícia de elementos de prova já guardados, o autuado deverá ser intimado com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização da diligência, podendo este nomear assistente técnico em caso de perícia. (...)</p>	
12	<p>Inclusão de um parágrafo:</p> <p>Parágrafo 1º. Na hipótese do caput, deverá ser garantida a oportunidade de manifestação do autuado antes da decisão.</p> <p>Parágrafo 2º. A qualquer momento o autuado poderá solicitar audiência com os julgadores para explanação de motivos e fatos da sua defesa, bem como para buscar informações precisas sobre o andamento do seu processo.</p>	<p>Pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, bem como do princípio da informação, entendemos que a autoridade julgadora, dentro de um procedimento adequado, pode recepcionar um pedido de audiência para produção de provas testemunhas que fazem parte do procedimento de busca da verdade real do processo administrativo</p>
17	<p>Exclusão do parágrafo único</p>	<p>Esse parágrafo único invalida as orientações de julgamento (verbetes fruto de reiteradas decisões), criando um subjetivismo que pode desencadear casuísmos.</p> <p>O parágrafo está em conflito direto com o parágrafo 5º do art. 34, o qual estatui que, após a comunicação, a orientação de julgamento deverá ser adotada por todos os julgadores para fins de decisão, quando aplicável ao caso em julgamento.</p> <p>Não se trata aqui de mera semântica do vocábulo "deverá", contido no texto do parágrafo 5º do art. 34. Não faz sentido a criação do mecanismo de orientação de julgamento, que objetiva trazer segurança jurídica e uniformidade de entendimentos, se existe uma previsão excludente de</p>

		<p>aplicabilidade da sistemática, como a que vai contida no dispositivo que se recomenda a exclusão.</p> <p>Para o atendimento da finalidade pedagógica e punitiva da pena, o que a autoridade julgadora pode fazer, é aplicar a correta dosimetria da pena. A Lei nº 9.847/99 dispõe de um rol amplo de penalidades, restritivas de direitos e pecuniárias, sendo estas alvo de dosimetria, justamente para o fim de atingir-se a função pedagógica e punitiva.</p> <p>Quanto mais não fora, a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (Decreto-Lei no 4.657/1942) ressalta a sua vinculação em relação à atividade do órgão/entidade como um todo:</p> <p>Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.</p> <p>Parágrafo único. Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.</p> <p>Ou seja, ou se adota o critério de súmulas ou orientações de julgamento, fazendo delas vinculantes, ou corre-se o risco de invalidar processos que não as adotem.</p>
18	<p>Alteração e inclusão de parágrafos, conforme a seguir:</p> <p>Art. 18. Em caso de fixação da pena de multa, a autoridade julgadora observará e exporá de forma pormenorizada os critérios legais utilizados, da capacidade econômica, gravidade da infração, antecedentes e vantagem auferida, considerando as especificidades inerentes a cada atividade regulada.</p> <p>§ 1º Para efeito de estabelecimento dos critérios acima, será considerada sempre a unidade, estabelecimento ou instalação, que cometeu a</p>	<p>Seria pertinente a definição de "capacidade econômica" e "Vantagem auferida", para uniformizar a fixação das multas, com, quem sabe, a criação de uma tabela para escalonar os valores.</p> <p>Além disso, que na análise de qualquer um desses critérios deve ficar claro que seja observada apenas o estabelecimento autuado e não toda a empresa, devendo ser estabelecido um teto máximo para a aplicação do agravamento, sob pena de abuso econômico da penalidade.</p>

	<p>infração sob julgamento, quando for o caso, e o agravamento total não poderá ultrapassar o importe de 100% do valor da multa aplicada.</p> <p>§ 2º O estabelecimento de capacidade econômica deve ser auferido com base em lucro e efetivo patrimônio, e não capital social ou faturamento bruto.</p> <p>§ 3º Para o estabelecimento da gravidade a mesma não poderá ser motivada pela própria tipicidade da conduta infratora.</p> <p>§ 4º Para o estabelecimento de vantagem auferida, a autoridade julgadora deverá valer-se sempre de critérios objetivos e devidamente comprovados, recorrendo, se necessário, ao auxílio de profissional especializado para realização de perícia.</p> <p>§ 5º Se comprovado pelo autuado que o mesmo fato foi objeto de autuação por outras agências ou entes públicos, na aplicação da sanção deverá ser determinado o abatimento de possível multa que possa vir a ser aplicado pelos demais entes públicos ou agências, pelo mesmo motivo apurado pela ANP.</p> <p>§ 6º O cumprimento espontâneo da obrigação, antes do início da ação de fiscalização ou da ciência desta, poderá ser considerado causa de diminuição da pena, conforme as circunstâncias do caso concreto.</p>	<p>O critério de estabelecimento, CNPJ, já vem sendo aplicado, e, porquanto, em se tratando de uma norma de uniformização, é importante que o mesmo seja corroborado.</p> <p>Em relação a capacidade econômica, ela deve ser real, não podendo ser mera referência de valores que não condiz com a realidade do estabelecimento ou são projeções que não refletem.</p> <p>A vantagem auferida deve estar demonstrada de forma cabal e devidamente aquilatada, inclusive para guardar relação com a dosimetria da pena estabelecida, e, assim, atingir a função pedagógica e punitiva.</p> <p>O parágrafo 3º tem por objetivo afastar a possibilidade de <i>bis in idem</i>.</p> <p>O parágrafo único foi apenas transformado em parágrafo 6º.</p>
19	Alteração e inclusões, nos seguintes termos:	<p>A presente sugestão se coaduna com as normas que regem a questão, especialmente as Resoluções ANP nº 8/2012 e 64/2014.</p>

	<p>§ 1º A autoridade julgadora poderá aplicar percentuais diferenciados de agravamento por antecedentes:</p> <p>I - da mesma natureza; ou</p> <p>II - ocorridos no mesmo estabelecimento ou instalação</p> <p>III - desde que condenação definitiva considerada para efeito de agravamento tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à data de conclusão da fase de instrução do processo em julgamento, com exceção daquelas condenações utilizadas na caracterização de reincidência.</p> <p>§ 2º A reincidência se verifica quando o mesmo estabelecimento/instalação infrator(a) pratica nova e idêntica infração prevista na Lei nº 9.847/1999, depois de definitivamente condenado administrativamente.</p> <p>§ 3º Para efeitos de reincidência, não serão consideradas condenações anteriores se entre a data do cumprimento integral da pena pecuniária ou sua extinção e do cometimento da infração em julgamento tiver decorrido período de tempo igual ou superior a dois anos.</p> <p>§ 4º O lapso temporal previsto no § 3º será reduzido para seis meses se o infrator houver cumprido a pena pecuniária a ele imposta pela ANP na forma do art. 4º, § 3º da Lei nº 9.847/1999.</p>	
20	<p>Alteração do parágrafo único, conforme adiante</p> <p>Parágrafo único. Em qualquer caso, o autuado deve ser intimado a manifestar-se no prazo de cinco dias úteis contados da intimação.</p>	<p>A sugestão tem por objetivo garantir a ampla defesa e o contraditório, que não se reflete exclusivamente nos casos em que a alteração da descrição do fato possa resultar em pena mais gravosa, pois, a pena aplicada pela ANP nem sempre é a única consequência dos seus processos</p>

		administrativos. Há ocorrências que podem inclusive resultar em processos criminais. Assim, em qualquer caso é importante que o autuado seja cientificado e instado a se manifestar.
21	Exclusão do parágrafo 2º	<p>Em caso de se constatar vício insanável, sugerimos que não seja lavrado um novo documento de fiscalização, sob pena de ter-se insegurança jurídica permanente.</p> <p>Vício insanável gera nulidade absoluta. Assim, se o ato é nulo (inexistente), torna-se incabível a sua convalidação.</p> <p>Ademais, como se trata de ato de fiscalização, que reflete circunstâncias atestadas no momento da emissão do documento, o qual, por si só, consubstancia o elemento inaugural do processo administrativo e matéria de prova, dada a fé pública do agente fiscal, refletindo a situação verificada no momento da pretensa infração, a sua nulidade, que é o que decorre do vício insanável, torna inviável a emissão de novo documento.</p>
23	Art. 23. Em face da decisão que imponha penalidades, o autuado poderá interpor recurso no prazo de dez dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do recebimento da intimação da decisão.	<p>De acordo com o art. 15 do CPC , na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou <u>administrativos</u>, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.”. Por sua vez o art. 219, do mesmo diploma, estabelece que; “Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente <u>os dias úteis</u>. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se <u>somente aos prazos processuais</u>.”</p> <p>Tendo em vista se tratar de prazo processual em processo administrativo e considerando que o Código de Processo Civil tem aplicação nacional a contagem dos prazos em dias úteis estaria em consonância com a legislação vigente.</p>

25	<p>Alteração, nos seguintes termos:</p> <p>Art. 25. O recurso apresentado será encaminhado ao julgador de primeira instância, ao qual caberá o juízo de admissibilidade, devendo atribuir-lhe efeito suspensivo sempre que os requisitos de admissibilidade estiverem presentes.</p>	<p>É da natureza das decisões administrativas auto executoriedade. Portanto, a rigor, a decisão pode produzir efeitos desde o momento em que é emitida. No mais das vezes, esses efeitos das decisões, notadamente as que aplicam penalidades, são deletérios, a inclusão no CADIN é um deles, e trazem algumas dificuldades para o desenvolvimento das atividades reguladas.</p> <p>De outro lado, não é incomum que as decisões sejam reformadas, tanto em sede administrativa quanto judicial. Portanto, seria recomendável a atribuição de efeito suspensivo em qualquer caso.</p> <p>Vale dizer que, a atribuição desse efeito suspensivo não ocasiona prejuízo para a ANP ou quaisquer outras pessoas.</p>
26	<p>Art. 26. A análise de admissibilidade do recurso avaliará se houve cumprimento dos requisitos formais.</p> <p>§ 2º Havendo irregularidade formal sanável, o recorrente deverá ser intimado pela unidade organizacional para a regularização, no prazo de cinco dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do recebimento da intimação (...)</p>	<p>De acordo com o art. 15 do CPC , na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.”. Por sua vez o art. 219, do mesmo diploma, estabelece que; “Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais.”</p> <p>Tendo em vista se tratar de prazo processual em processo administrativo e considerando que o Código de Processo Civil tem aplicação nacional a contagem dos prazos em dias úteis estaria em consonância com a legislação vigente.</p>
27	<p>Alterações, conforme a seguir:</p> <p>§ 2º Caso o julgador reconsidere sua decisão, o autuado será comunicado da nova decisão pelo NGC e, se houver aplicação de multa, ser-lhe-á conferida</p>	<p>Faz todo o sentido que, quando da reconsideração resultar a aplicação de penalidade, mas, o cumprimento se der nos termos previstos no sugerido art. 19, § 4º, ou seja, de forma voluntária, abrindo mão da interposição de recurso, o benefício da redução do lapso temporal da aplicabilidade da reincidência seja preservado.</p>

	<p>nova oportunidade para recorrer ou pagar a multa com o desconto legalmente previsto, garantindo-se ao autuado o tratamento previsto no art. 19, § 4º, desde que atenda às prescrições do mesmo no tocante ao cumprimento da pena.</p> <p>§ 3º Mantida a decisão, o processo seguirá para o julgamento pela segunda instância, mantendo a aplicação da penalidade suspensa para todos os efeitos.</p>	<p>A sugestão do § 3º possui mais natureza estilística, para evitar a repetição no texto do vocábulo decisão, o qual foi substituído por julgamento, bem como detém como princípio manter a penalidade sem aplicação até que haja o julgamento final do processo administrativo, para se coadunar melhor ao princípio constitucional do duplo grau jurisdição</p>
28	<p>Adequação e inclusão, conforme a seguir:</p> <p>§ 1º. A consulta jurídica também poderá ser encaminhada, antes do julgamento, por Diretor da ANP.</p> <p>§ 2º. Será dada ciência ao autuado (com no mínimo 5 dias de antecedência) acerca da data, hora e local da realização da sessão de julgamento ou reunião de diretoria em que será apreciado seu pedido recursal, abrindo-se a possibilidade de, por si próprio ou representante legal, fazer manifestação oral de no máximo 15 (quinze) minutos e, querendo, distribuir memoriais ao colegiado responsável pela decisão de segunda instância.</p>	<p>A prática da sustentação oral é corriqueira nos tribunais brasileiros. Sua adoção se constitui em uma instrumentalização da sistemática da oralidade, que é característica notória do sistema dialético, através do qual se constroem raciocínios mais elaborados.</p> <p>A oralidade permite transmitir as informações de uma maneira que, no mais das vezes, a linguagem escrita não consegue atingir.</p> <p>Por mais que os argumentos contidos em um processo administrativo sancionador sejam, em regra, de natureza eminentemente técnica, existem nuances de caráter por vezes subjetivo, que podem mudar os rumos de um julgamento, que somente a expressão verbal consegue atingir.</p> <p>Existem outras agências reguladoras (ANEEL e ANTT, por exemplo), que já garantem esse tipo de participação.</p> <p>Logo, não se vê razão para que o procedimento não seja incorporado pela ANP.</p>
30	<p>Alteração, conforme adiante:</p>	<p>A sugestão se justifica, pois as decisões administrativas devem seguir a um mínimo rigor processual e observar o devido processo legal. Não há nenhuma preocupação em rebater os fundamentos deduzidos pelos autuados.</p>

	<p>Art. 30: São elementos essenciais da decisão administrativa definitiva:</p> <p>a) o relatório que conterà a descrição do fato, o resumo das alegações de defesa do autuado e o registro das principais ocorrências havidas no procedimento administrativo;</p> <p>b) os fundamentos em que o julgador analisou as questões de fato e de direito;</p> <p>c) o dispositivo legal em que o julgador se baseou para resolver as questões que o autuado lhe submeter;</p> <p>§ 1º Não se considera fundamentada decisão administrativa definitiva que:</p> <p>I – se limitar à indicação, a reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;</p> <p>II – empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;</p> <p>III- invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;</p> <p>IV – não enfrentar todos os argumentos deduzidos pelo autuado;</p> <p>V – se limitar a invocar enunciado da ANP, sem identificar seu fundamento determinante, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àquele fundamento.</p> <p>Parágrafo único. Após a decisão administrativa definitiva, o processo será encaminhado pelo NGC ao Ministério Público, nas hipóteses previstas no art. 17 da Lei 9.847, de 1999.</p>	<p>Ademais, inexistem quaisquer requisitos em face das decisões definitivas na Resolução em apreço.</p>
32	Alteração, conforme adiante:	<p>Como os efeitos das decisões administrativas são diversos, podendo constituir inclusive, conforme o caso, mácula às</p>

	VII - resultado das decisões de primeira e segunda instância, que já tenham transitado em julgado na esfera administrativa e que não tenham sido objeto de judicialização.	respectivas imagens empresariais das empresas que atuam no setor, tanto perante os consumidores, quanto perante outros entes públicos, não é conveniente que seja dada publicidade a uma decisão que atribui uma conduta infracional sem que a mesma possua caráter definitivo.
34	Alteração conforme a seguir: § 3º A orientação de julgamento poderá ser proposta por qualquer interessado, interno ou externo à ANP , que deverá apresentar o texto sugerido e sua justificativa ao gestor da unidade organizacional, que, em caso de aprovação, comunicará aos membros da unidade.	No espírito do moderno Direito Administrativo, que se caracteriza pelo consensualismo e pela participação popular, é de todo conveniente que o vocábulo interessado, com a qualificação de interno ou externo à ANP seja inserido no texto. O objetivo é promover a criação de entendimentos consolidados, o que tem como desiderato o aumento da segurança jurídica, em atenção aos postulados mais modernos no direito, em especial às prescrições da nossa Lei de Introdução ao Direito. Assim, quanto mais fontes de proposição de orientações de julgamento existirem, melhor para o funcionamento do sistema.
35	Parágrafo único. Havendo divergência de julgamentos entre unidades organizacionais da ANP, qualquer servidor ou agente regulado poderá requerer a uniformização de entendimento à Diretoria Colegiada da Agência para que decida sobre a aplicação da decisão de uniformização em todas unidades.	No espírito do moderno Direito Administrativo, que se caracteriza pelo consensualismo e pela participação popular, é de todo conveniente que os interessados possam propor ao órgão competente a adoção de uma súmula de julgamento. Assim, como o objetivo da uniformização de julgados é gerar maior segurança jurídica aos administrados e agentes regulados, a iniciativa dessa uniformização de entendimento pelo agente regulado é muito importante, tendo em vista que é sobre ele que recai as decisões.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: consultaprocessosancionador@anp.gov.br ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.